



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Adolescência.

## "O QUE É O QUE É – É POLÍTICA OU NÃO É?": UMA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO POLÍTICO DOS ADOLESCENTES

Letícia Santos Pinheiro<sup>1</sup>

Renata Pontes Martins<sup>2</sup>

Monique Rangel do Carmo Gouveia<sup>3</sup>

Paula Martins Sirelli<sup>4</sup>

**Resumo:** A partir da sistematização da experiência do Projeto de Intervenção "O que é o que é - é política ou não é?", que está vinculado ao Centro de Referência do Adolescente (CRA) e ao Estágio supervisionado em Serviço Social do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) do campus de Rio das Ostras, construímos algumas reflexões sobre a dimensão política do trabalho do assistente social. Como metodologia, aliada às reflexões teóricas, procedemos à análise documental dos registros feitos pela estagiária durante a execução do Projeto. A realização de Oficinas socioeducativas com os adolescentes mostrou-se uma metodologia de trabalho muito rica, por despertar reflexões nos adolescentes, a partir de suas experiências, individuais e coletivas, sendo um *start* para a construção de um processo de relação mais autônoma com a política. O principal limite encontrado foi a continuidade na participação dos adolescentes nas oficinas. Reafirmamos aqui a importância da sistematização do trabalho profissional e da contribuição do estágio supervisionado em serviço social para a construção de respostas profissionais, embasadas teórica, política e criticamente com o fortalecimento dos adolescentes enquanto sujeitos.

**Palavras-chave:** Oficinas sócio educativas, Adolescência, Projeto de Intervenção, Estágio supervisionado em serviço social.

## "GUESS WHAT! – IT'S POLICY OR ISN'T IT? ": A CONTRIBUTION OF THE SOCIAL WORK IN THE CONSTRUCTION OF THE ADOLESCENTS' POLITICAL PROTAGONISM

**Abstract:** From the systematization of the intervention project experience "Guess What! - It's policy or isn't it?", which is bound to the Adolescent Reference Center (CRA) and the supervised internship in social work of the Social Work course at Fluminense Federal University (UFF), Rio das Ostras campus, we built some reflections about the political dimension of the social worker operation. As methodology, allied to theoretical reflections, we proceeded to documentary analysis of records made by the intern during the execution of the project. The realization of socio-educational workshops with teens enabled the construction of reflections about what is policy and how to build political stance at everyday life of the adolescents. This work methodology proved to be very rich by starting reflections in adolescents, from their individual and collective experiences, being a kickoff to a process of a more autonomous relationship with politics. The

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <leticia.piinheiro@gmail.com>.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Centro de Referência do Adolescente. E-mail: <leticia.piinheiro@gmail.com>.

<sup>3</sup> Profissional de Serviço Social. Centro de Referência do Adolescente. E-mail: <leticia.piinheiro@gmail.com>.

<sup>4</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <leticia.piinheiro@gmail.com>.

main boundary found was the continuity of the teens' participation in the workshops. We reaffirm here about the importance of the systematization of professional work and the contribution of the supervised internship in social work for the construction of professional responses, theoretically, politically and critically based with the strengthening of adolescents as persons.

**Keywords:** Socio-educational workshops, Adolescence, Intervention Project, Supervised internship in Social Work.

## **Introdução**

Apresentaremos neste artigo o relato de experiência do projeto de intervenção “O que é o que é - é política ou não é?”, que está vinculado ao Estágio supervisionado em Serviço Social do curso de Serviço Social da UFF Rio das Ostras. O projeto de intervenção tem como objetivo concluir o ciclo proposto na Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social III, onde pretende-se a partir de três períodos inseridos no campo de estágio, após construir a análise institucional, identificar o perfil dos usuários e então, realizar “Implementação e avaliação do projeto de intervenção nas suas distintas relações com condições de realização do estágio, as demandas institucionais e as demandas da população” (Ementa da disciplina: Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social IV, 2019.1).

O projeto de intervenção foi implementado no primeiro semestre de 2019 no Centro de Referência do Adolescente (CRA). Tal instituição foi criada em 2004 e configura-se no município de Macaé/RJ como unidade especializada na saúde do adolescente, a partir da importância em reafirmar e concretizar os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), associando também ao Sistema Único de Saúde (SUS). Desta forma, o Centro de Referência do adolescente, considerando as particularidades desta etapa da vida, visa garantir a promoção à saúde de forma integral.

A atuação do Serviço Social na instituição tem contribuído para a consolidação das atribuições privativas dos assistentes sociais expressas na Lei 8662/1993 (BRASIL, 1993), realizando atendimentos individuais, grupos socioeducativos e nutrindo a importante participação da sociedade civil nesta relação. A partir desta dinâmica, anualmente são atendidos cerca de 2 mil adolescentes por mês, com idades de 10 a 19 anos, e seus familiares. Número expressivo destes adolescentes são negros, mulheres e moram em periferia, caracterizando então o público alvo das atividades do Serviço Social e das

demais especialidades que compõem a equipe como Nutrição, Fonoaudiologia, Psicologia, Enfermagem, Medicina, Ginecologia, Terapia ocupacional, Dermatologia e Fisioterapia.

A instituição também é constituída como Unidade Escola, preconizando a importância da dimensão educativa neste espaço multiprofissional; recebe estagiários não apenas de Serviço Social, mas também de Enfermagem, Medicina, Nutrição e Psicologia, vinculados à Universidade Federal Fluminense (UFF) e à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No que diz respeito à formação em Serviço Social, o CRA fortalece as diretrizes do PNE - Plano Nacional de Estágio, que expressa “o caráter de centralidade do Estágio na formação profissional em Serviço Social, que não pode ser entendido como um complemento ou uma formalidade do processo formativo” (ORTIZ, 2014, p. 203). A partir da relação Supervisor/a de Campo, Estagiária/o e Supervisor/a Acadêmico, é possível se deparar no estágio com o que Ortiz (2014) aponta:

(...) será no estágio que esse estudante irá se defrontar com as contradições da ordem burguesa materializadas nas diversas expressões da questão social; identificará claramente os limites das políticas sociais e, sobretudo, da cidadania e da democracia, constituídas nos marcos do liberalismo; observará as disputas pela direção política em diversas situações que claramente expressam determinados projetos societários e também profissionais; verificará como o preconceito, o moralismo, a discriminação e o autoritarismo revelam e reforçam a longa e recrudescida herança conservadora brasileira e também profissional; enfrentará, enfim, os inúmeros dilemas éticos que colocam em xeque seus valores. (p. 212)

Porém, o CRA, inserido dentro das políticas públicas, sofre também com os reflexos das crises cíclicas do capitalismo, estruturados em um contexto neoliberal afetando diretamente a população atendida, pois, pensando a partir de uma relação macrossocietária:

Como sustenta Salama (1999), a lógica financeira do regime de acumulação tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão. É tributário dessa lógica o caráter volátil do crescimento que redundam em maior concentração de renda e aumento da pobreza, gerando um verdadeiro “apartheid social”.

O resultado disto foi - e continua sendo - o processo de precarização que o espaço vem sofrendo de forma agressiva desde 2015, expresso na perda de sua sede, que passou a dividir o mesmo espaço com outro aparelho público da região, e a diminuição no quadro de funcionários em cerca de 53%. Tais fatores reiteram “a compreensão de que é necessário ter clareza dos impactos que o

modo de organização da sociedade causa sobre a realidade do espaço onde se desenvolve o trabalho” (COUTO, 2009. p.5)

É neste bojo de contradições próprias do capitalismo com ênfase na estrutura neoliberal, que a atuação e formação profissional está submetida, e surge a partir desta realidade concreta a necessidade em construir estratégias em defesa da classe trabalhadora em direção à emancipação humana.

## **2. A dimensão política do trabalho do assistente social – Construindo respostas na atuação e formação profissional**

A construção da dimensão política da atuação profissional, em uma perspectiva de fortalecimento da classe trabalhadora, consolida-se a partir do Movimento de Reconceituação<sup>5</sup> do Serviço Social brasileiro (TORRES, M.M; LANZA, L.M.B, 2013), sendo um avanço no que tange à perspectiva crítica de intervenção profissional, onde propõe também reconhecer “que a questão social expressa as desigualdades entre capital e o trabalho; a desigualdade entre classes. Assim, firma um projeto profissional que evidencia as necessidades da classe subalterna com a qual atua nos espaços ocupacionais” (IDEM, 2013, p.202). Ou seja, a construção da dimensão política da prática profissional está vinculada diretamente com o direcionamento de um projeto societário vigente. Teixeira e Braz (2009) apontam que toda e qualquer prática possui um caráter político, visto que:

Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em conflito na sociedade. O que as movem na verdade são as necessidades sociais reais que lançam os homens em atividades humano-criadoras percebidas no metabolismo social (trabalho – ato fundante das relações sociais. (2009, p.2)

Podemos identificar então que “os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.” (Idem, 2009, p.5). Teixeira e Braz (2009) abordam que de modo geral eles podem ser transformadores ou conservadores, da sociedade:

Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das

---

<sup>5</sup> Pelos limites do artigo, não nos aprofundaremos a este momento tão caro e importante para se pensar a contemporaneidade da profissão. Conferir Netto (2008).

classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 5)

Dentro do projeto ético-político profissional, podemos identificar então o caráter transformador que se apresenta no projeto societário de Serviço Social. Desta forma, é partir desta perspectiva crítica de atuação profissional que se propõe um projeto societário transformador, junto à centralidade do estágio para tal formação, que refletimos sobre estratégias que possibilitassem um encontro mais próximo dos adolescentes, sendo estes os usuários do Serviço do CRA, e a dimensão política em seu cotidiano, visto que:

A política surge junto com a própria história, com o dinamismo de uma realidade em constante transformação que continuamente se revela insuficiente e insatisfatória e que não é fruto do acaso, mas resulta da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade. (MAAR, W.L; 2017, p.8)

A proposta de debater sobre política com os adolescentes, para além de reafirmar o compromisso ético-político da formação profissional com a classe trabalhadora, Preconiza o que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), capítulo II:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:  
I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;  
II – opinião e expressão;  
(...)  
**VI – Participar da vida política, na forma da lei; (...)**

Fortalecendo também os objetivos institucionais em estimular o protagonismo político dos adolescentes:

Estimular a participação dos usuários nas decisões institucionais, bem como fomentar a sua participação organizada nas instâncias de planejamento e deliberação das políticas públicas nos âmbitos Municipais, Estaduais e Federal.<sup>6</sup>

### **3. “O que é o que é – é política ou não é?” – a experiência de implantação das oficinas socioeducativas**

A partir da experiência de inserção neste campo de estágio por 1 ano e meio, observamos um processo de precarização, de afunilamento das políticas

<sup>6</sup> Consta no plano de trabalho do assistente social no Centro de Referência do adolescente.

públicas. Estes estão diretamente ligados ao recrudescimento do neoliberalismo. Foi possível notar também que os adolescentes consideravam o debate sobre política afastado de sua realidade e algo enfadonho, porém, mesmo assim eles estavam atentos às movimentações políticas em curso no Brasil, apresentadas na mídia. Onde ao longo do ano escancarou o que há de mais preconceituoso, racista, homofóbico e machista no país. Em um discurso do atual presidente do Brasil, o mesmo afirmou: “Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política”<sup>7</sup>, a própria fala do presidente já estava com seu posicionamento político marcado.

Esta percepção de desinteresse ou desinformação no que se refere ao próprio termo “política”, apresentou-se nos grupos socioeducativos que são realizados no CRA, e até mesmo nos atendimentos individuais, onde os adolescentes apresentavam dificuldades em construir respostas coletivas para suas demandas pessoais, como se tais demandas não fossem expressões de suas relações sociais, e muito menos tivesse algo ligado à política. A partir desta percepção, foi possível notar que é um projeto político impor às classes subalternas a não reflexão sobre a realidade a que estão submetidos, a fim de manter as estruturas de dominação sobre os mesmos e conter os anseios da população em pensar sobre outras alternativas emancipatórias para a sociedade:

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. (...) Quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios (FREIRE, 65. Ed, 2018, p.47).

Porém, Freire (2018) também aponta que é na luta pela transformação social em que ocorre a solidariedade verdadeira:

e o que caracteriza os oprimidos, como “consciência servil” em relação à consciência do senhor, é fazer-se quase “coisa” e transformar-se, como salienta Hegel, em “consciência para outro”, a solidariedade verdadeira com eles está em *com* eles lutar para a transformação da realidade objetiva que os faz ser este “ser para outro”. (Idem, 2018, p. 49)

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,70002785320>

É com esta perspectiva de liberdade em seu sentido coletivo e transformador, que nos propomos a construir o projeto de intervenção, a fim de levantar nos adolescentes uma fagulha para pensar de forma coletiva sobre a transformação de suas realidades. objetivando também fortalecer a dimensão política da profissão, assegurar os direitos civis, humanos e sociais da criança e do adolescente, contidos na Constituição Federal, construímos oficinas que trabalhassem de forma lúdica e didática sobre temas complexos relacionados à política, com o objetivo de proporcionar aos adolescentes reflexões na qualidade de seres políticos e sociais que são, apontando alternativas coletivas que possibilitasse-os expandir a fração da realidade que vivenciam na região onde moram, e apropriar-se das narrativas de sua própria história, em face aos direitos que são historicamente negados à classe trabalhadora.

Promovemos reflexões em relação às instituições públicas em que estão inseridos – seja sobre condições materiais, precarização, quanto sobre o convívio neste espaço – e às contradições do capitalismo, que possibilitam o avanço do neoliberalismo, o qual consequentemente rebate diretamente nas condições dos serviços públicos prestados. Encorajando também o protagonismo político dos adolescentes nos espaços em que estão inseridos socialmente, visto que o silenciamento desta classe é também um projeto político.

Desta forma, foram realizadas 8 oficinas no período de Abril à Maio de 2019, sendo 4 pela manhã e 4 pela tarde, com adolescentes de 10 a 19 anos. É importante ressaltar que o formato de oficinas e não de palestras ou atendimentos individuais é uma prática comum no CRA, por entendermos que esta metodologia é capaz de dar voz e autonomia para os adolescentes. Ouvir a realidade dos adolescentes, considerando a condição de classe, raça/ etnia, gênero, tendo como ponto de partida da intervenção o cotidiano de vida destes sujeitos, é a única forma de construir respostas profissionais embasadas na realidade. Nossa proposta de atuação pauta-se na percepção dos adolescentes como sujeitos, com possibilidade de protagonismo na construção de políticas públicas, e não meros receptores.

Neste sentido, a primeira oficina com o tema “O que é política? ” teve como objetivo geral um contato inicial com os adolescentes, na perspectiva de criação de vínculos. A partir da dinâmica proposta e da observação-participante,

podemos descobrir o que os próprios adolescentes entendiam como política. Desta forma, como dinâmica de atividade inicial, foram entregues cartões em formato e cor dos cartões de árbitro de futebol e a partir das perguntas como: “Se eu estou indo para a escola e não consigo chegar nela pois há um buraco na minha rua, isto é política?” ou “Se eu me candidato à vereadora, isto é política?”, cada adolescentes levantava o cartão verde em caso afirmativo, ou vermelho em caso negativo. A partir desta dinâmica os próprios adolescentes discutiam com eles mesmos sobre porque considerava algo política ou não. Desta forma, discutimos inicialmente como a política é também sobre tomada de decisão e que a vida está cheia de decisões, ora atendendo a população ou não.

Foram apresentadas diversas respostas nesta atividade, como considerar escola como política e a água não sendo algo político, em outra resposta abordaram que a escola não era política, e sim “ter mais respeito com as pessoas” era considerado política. Abordaram dentre outras coisas a política sendo “O debate entre pessoas sobre presidente, vereador, etc...”; “política é uma coisa boa, uma decisão que vale a pena”; “Dá o direito para criança estudar, abrigo para as crianças abandonadas!”; “A boa política parte da política, é ter percepção dos atos, de poderes, que afetam a população de uma boa maneira. Políticas afirmativas são modos de acrescentar a aqueles que têm pouco. A política é de todos, feita e afeta a todos, por isso há de ser igualitária e visar o bem.”

No segundo módulo da oficina, com a temática relacionada à meritocracia, foi entregue em ambas as turmas um papel cortado em um formato de corpo humano e cada adolescente deveria desenhar ele mesmo naquele papel, a fim de construir uma identificação com o objeto. Após o desenho, todos os adolescentes colaram seus bonecos um ao lado do outro em um quadro negro que estava com riscos horizontais e verticais feitos com giz, formando quadrados. Após todos os adolescentes inserirem seus bonecos, fizemos perguntas como: “Se você já ganhou mesada, suba seu boneco para cima”, “Se sua casa já sofreu com enchente e você perdeu algo, desça o seu boneco”, “Se já teve dificuldade em conseguir amigos devido a sua cor, desça o seu boneco”, “Se já pôde fazer reforço escolar extraclasse, pois estava tendo dificuldades de aprendizagem, suba seu boneco para cima”, “Se precisou ir para a escola com fome, desça mais o seu boneco”, e entre outras perguntas que tinham como



objetivo levantar o debate sobre desigualdade social, visto que as pessoas não nascem com as mesmas oportunidades, e que, para algumas, devido à sua condição de classe, raça ou gênero, se torna mais difícil acessar alguns espaços.

O terceiro módulo de oficina, intitulado “cidade ideal”, objetivou pensar junto com os adolescentes a dimensão coletiva de viver em sociedade, a importância da mobilização social e como é possível pensar em uma cidade mais justa. Para realizar tal oficina, foi utilizada a dinâmica onde os próprios adolescentes pensaram sobre as cidades dos seus sonhos, e partir do que foi inserido, discutimos sobre como alguns pontos poderiam ser efetivados na sociedade, mas não são. Todos pensaram coletivamente como seria uma cidade Ideal, e no grupo da tarde como havia algumas adolescentes que estavam acolhidas no CEMAIA, intitularam o nome da cidade ideal de CEMAIA, que é o Centro Municipal de Atenção à Infância e à Adolescência, onde estão crianças e adolescentes “afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de acolhimento institucional”<sup>8</sup>. Como resultado da oficina, os adolescentes relataram que nesta cidade ideal, todas as pessoas iriam ter casas para morar, saneamento básico, *Netflix* para todos, rua asfaltada, não haveria preconceitos, as escolas teriam “merenda boa” e os hospitais teriam bom atendimento e seriam para todos, sugeriram também que os transportes fossem carros voadores e que o Wi-fi fosse liberado. Na construção da cidade ideal, embora tenham surgido ideias que não poderiam ser efetivadas no presente, a maioria dos pontos abordavam demandas reais que não são efetivadas, e abordamos durante a tarde que política estava relacionada com a efetivação ou não, para a construção de uma cidade que atenda à população. No final da oficina, sugerimos que os adolescentes escrevessem o que aprenderam naquele dia, e as respostas foram diversas, como:

“Aprendi que ninguém faz as coisas na política por bondade, e sim deveria fazer por obrigação, mas atualmente a corrupção domina a política”

“Na maior parte do tempo eu fiquei ‘brisando’, minha memória também não ajuda. Eu gostei de ouvir o ponto de vista de todos já que eu não falei menos de 10 palavras”

“Política de ladrão”

“O que aprendi sobre política, do quanto pode ser importante”

“Aprendi no grupo o que é política, como ver a política de uma forma próxima.”

“Eu gostei mais do nome da cidade ideal”

“Aprendi a fazer minha cidade ideal”

“Aprendi que todo mundo é político”

“Eu aprendi hoje o que é política de verdade”

“Aprendi que cada um tem sua própria opinião sobre sua perfeita cidade”

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.macaie.rj.gov.br/desenvolvimentosocial/conteudo?id=1782>

Na quarta e última oficina, o objetivo foi propor aos adolescentes uma nova posição dentro da sociedade, a de prefeitos. O que nos permitiu discutir sobre diferentes projetos políticos e societários, além de abordar sobre a importância da participação do adolescente na sociedade. Utilizamos a dinâmica do prefeito por um dia, como pela manhã havia poucos adolescentes, cada um em um determinado tempo deveria pensar propostas enquanto candidatos de uma cidade. Após cada um falar sobre o que iria realizar na cidade, discutimos de forma descontraída sobre projetos políticos distintos e a importância de fortalecer a classe trabalhadora, que somos nós. No grupo da tarde, como havia muitos adolescentes, sugerimos que dois deles se candidatassem a prefeito e os demais iriam votar e fazer perguntas. Foi possível notar distintos projetos políticos nesta dinâmica. Uma das adolescentes que se candidatou à prefeitura, apontou projetos políticos como: ar-condicionado nas escolas; melhoria na saúde; saneamento básico nas comunidades; projetos sociais e inclusão social; alimentação nas escolas; consciência ambiental. Já o outro candidato apresentou em seu projeto: Saúde para todos; asfalto para todos os bairros; armas liberadas; dar doce para todas as crianças; saneamento básico; ar condicionado nas escolas. Foi possível discutir sobre a defesa dos direitos da população, quais são os rebatimentos da legalização das armas na vida de todos e a importância em pensar sobre saídas coletivas.

Nesta última oficina, os adolescentes relataram que os principais aprendizados do dia foram:

“Defender a população” D.P, 9 anos

“Apreendi muitas coisas importantes sobre política e a importância da política” R.C.B, 14anos.

“Importância das eleições, das prefeituras” M.P.F, 16 anos

“Na oficina de hoje eu aprendi que tudo em nossa volta na sociedade, uma escola que fazemos ou deixamos de fazer, nós estamos fazendo a política e efetuando a mudança na sociedade. Expressarmos as nossas opiniões e dúvidas é muito importante.” A.J, 13 anos

“O que aprendemos neste encontro foram coisas essenciais para a nossa sociedade, como se posicionar, saber pesquisar sobre algumas coisas e talz. Saí triste com um pouco de esperança destruída, pela sociedade que eu não confio. Saí feliz porque amei todos do grupo” J.J.G.F 17 Anos

“Aprendemos o que é política, como interfere na nossa vida diária e como podemos exercer a cidadania” A.L.B, 16 anos

A realização das oficinas proporcionou a possibilidade de um contato mais didático com os adolescentes e uma relação que está aberta ao imprevisto, pois, apesar da proposta inicial das oficinas serem complementares umas das outras, a dinâmica das oficinas tomaram outros rumos, visto que em cada oficina surgiam novos adolescentes. Além do mais, tais atividades exigiram de nós sensibilidade para abordar temas considerados polêmicos.

### **Considerações finais**

A proposta das oficinas não foi de esgotar os debates sobre política e construção do protagonismo político dos adolescentes, visto que não seria possível, pois o processo de desconstrução não ocorre de forma rápida. Objetivamos levantar reflexões que de alguma forma, fizessem com que as oficinas fossem um pontapé inicial para este processo de relação mais autônoma com a política. Neste projeto de intervenção, cerca de 30 adolescentes participaram de pelo menos uma das oficinas. Pela dificuldade de continuidade da participação, nossa proposta de avaliação não pôde ser efetivada conforme planejado.

A possibilidade de construir este espaço com os adolescentes e fortalecer a relação teoria e prática que consta na centralidade da atuação profissional, finalizou de forma enriquecedora o ciclo de estágio supervisionado, visto que foi possível construir tal projeto de intervenção e implementá-lo. A dinâmica das oficinas propôs para a formação profissional a construção coletiva para pensar a atuação do assistente social.

O acompanhamento sistemático da supervisão acadêmica e de campo, a discussão coletiva junto à outros colegas estagiários, sempre permeada pelo debate, questionamentos e troca de experiências, fez com que as ações fossem constantemente avaliadas e sistematizadas. Além do mais, cabe salientar que o compromisso coletivamente assumido pela equipe do CRA com a formação dos estudantes das diversas áreas profissionais foi um facilitador para a implantação deste projeto de intervenção. Aos estagiários, sempre foi incentivada a postura propositiva e crítica. Em um primeiro momento, discutiram-se, em reunião de equipe, as percepções alcançadas através do estágio quanto à população usuária, perfil e demandas, bem como a proposta de intervenção,

sua relevância para a melhoria dos serviços ofertados e demandas identificadas. A proposta recebeu apoio e realizou-se a identificação daqueles que poderiam contribuir para sua implantação. Neste ponto, vale frisar o compromisso das assistentes sociais com a formação dos estagiários, uma vez que o projeto foi construído desde o início com a supervisora de campo e esteve sob supervisão de uma assistente social que não era supervisora direta. A contribuição da mesma foi fundamental pela condição facilitadora que despontava em sua prática profissional, qual seja, realizar trabalho com um determinado grupo de forma sistemática. Na realização das oficinas, tivemos também a participação de outros estagiários de serviço social, bem como o envolvimento de estudantes e professora de enfermagem. A interdisciplinaridade é parte constitutiva das relações estabelecidas neste campo de estágio como desafio e prática.

A realização de Oficinas socioeducativas com os adolescentes só foi possível pelo envolvimento dos profissionais do CRA e seu envolvimento com a formação profissional. Essa experiência possibilitou a construção de reflexões sobre o que é política junto aos adolescentes, por tratar-se de uma metodologia de trabalho rica, por partir de experiências concretas, individuais e coletivas, sendo um *start* para a construção de um processo de relação mais autônoma com a política. O principal limite encontrado foi a continuidade na participação dos adolescentes nas oficinas. Reafirmamos aqui a importância da sistematização do trabalho profissional e da contribuição do estágio supervisionado em serviço social para a construção de respostas profissionais, embasadas teórica, política e criticamente com o fortalecimento dos adolescentes enquanto sujeitos.

## **Bibliografia**

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65 Ed - Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6 Ed - São Paulo: Cortez, 2015.  
MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. Brasiliense, 2017.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12ª edição. São paulo: Cortez, 2008.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: Avanços e Desafios**. *Temporalis*, v. 14, n. 27, p. 203-219, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009.

TORRES, Mabel Mascarenhas; LANZA, Liria Maria Bettiol. **Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas**. *Argumentum*, v. 5, n. 1, p. 197-215, 2013.